

Legislativo

Deputados apresentam mais de 20 projetos de lei com menos de 1 mês de trabalho

Propostas apresentadas em sua maioria se enquadram em problemas ocorridos recentemente em MS e no exterior

Rayani Santa Cruz

Deputados estaduais de Mato Grosso do Sul cadastraram cerca de 22 projetos de lei no sistema da Casa de Leis, desde que os trabalhos da nova legislatura tiveram início. Empossados em 1º de fevereiro, os 24 deputados passaram pela sessão inaugural e posteriormente foram realizadas seis sessões ordinárias antes das festividades de carnaval. Hoje (23), a sessão será realizada normalmente e as comissões permanentes devem ser

definidas para dar andamento aos trabalhos e tramitação dos projetos.

A Assembleia já divulgou na semana passada os deputados e seus respectivos blocos, e agora deve haver a definição dos parlamentares das comissões permanentes. Elas são responsáveis por análises dessas propostas, que vão desde o combate ao assédio sexual, à violência e a crimes a datas festivas.

Para serem discutidos e votados em plenário, todos os projetos devem passar pelas comissões que tratam do devido tema e por último pela CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final), que dá o aval da constitucionalidade ou não de cada proposta a ser levada a votação. A deputada Mara Caseiro (PSDB) articula

para ser presidente da CCJR. A comissão deve ser composta também pelos deputados: Pedro Pedrossian Neto (PSD), Junior Mochi (MDB), Antônio Vaz (Republicanos) e João César Mattogrosso (PSDB).

Combate ao assédio

Após a repercussão do caso de estupro envolvendo o jogador Daniel Alves, a deputada estadual Lia Nogueira (PSDB) e o deputado Amarildo Cruz (PT) apresentaram projetos de lei para combater o assédio sexual

Obrigatoriedade de adoção de medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco

Amarildo Cruz, deputado estadual e sua proposta

em estabelecimentos.

A deputada Lia Nogueira disse que seu projeto cria o protocolo “Mulher; Não se Cale”. Nogueira explica que a ideia, trazida de Barcelona, possui artigos parecidos com o protocolo espanhol para realizar um trabalho conjunto entre estabelecimentos comerciais e a população. A proposta visa ao trabalho integrado entre bares, restaurantes, casas noturnas e forças de segurança.

Segundo a parlamentar, a Associação dos Direitos dos Consumidores de MS é uma

parceira na construção do projeto de lei e haverá um protocolo. A deputada lembra que estará definida a atenção prioritária a ser dada à pessoa atacada, e em caso de agressão ela deve receber a devida atenção. Em casos graves, ela não pode ser deixada sozinha, a não ser que queira. O outro princípio é o de respeito às decisões da pessoa agredida, que deve receber informações e conselhos corretos, e ela deve tomar a decisão final, mesmo que esta pareça incompreensível para os demais.

Também está descrito na proposta que os estabelecimentos devem comunicar que aplicam o protocolo.

O deputado petista Amarildo Cruz também apresentou projeto semelhante que visa à “obrigatoriedade

de bares, restaurantes, casas noturnas e casas de eventos a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco”.

Pedófilos e recompensa em denúncias

Após o caso da morte da menina de 2 anos pelo padrasto e pela mãe, o deputado Coronel David (PL) apresentou projeto de lei que acrescenta o “Parágrafo Único ao art. 3º da Lei nº 5.038, de 31 de julho de 2017” a uma lei dele que fora aprovada e sancionada. A lei de cadastro de pedófilos e condenados em

Outros projetos

O deputado João Henrique (PL) apresentou proposta que “dispõe sobre a proibição da cumulatividade do corte de energia ou água e da realização de protesto em cartório pelas empresas fornecedoras de energia elétrica e água contra consumidores com faturas em atraso no âmbito do Estado”.

O deputado Neno Razuk (PL) apresentou cerca de três projetos. O primeiro deles visa “instituir a Campanha Com o Coração de Mulher”; que “dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de assentos próximos para crianças e seus responsáveis nos transportes públicos intermunicipais, em Mato Grosso do Sul”.

O deputado Lucas de Lima (PDT) apresentou dois projetos. O primeiro “estabelece

aos candidatos inscritos no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e nos vestibulares de universidades públicas a prestação gratuita do serviço de transporte coletivo”. Na área da saúde foi apresentado o projeto “sobre o Programa de Conscientização e Controle do Diabetes na Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso do Sul”.

O deputado Márcio Fernandes (MDB) cadastrou projeto que visa sobre o direito das pacientes a terem acompanhante em consultas e exames nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

Já o deputado Antônio Vaz (Republicanos) apresentou proposta que “institui a Campanha de Conscientização

sobre o Linfoma Não Hodgkin em Mato Grosso do Sul”.

Pedrossian Neto (PSD) apresentou dois projetos de lei. Um deles “dispõe sobre a proibição de entrada de pessoa portando arma de fogo em estabelecimentos da Procon estadual e municipais”.

O deputado Jamilson Name (PSDB) quer “tornar ilegal, produzir, distribuir, comercializar para qualquer fim, o MMS (Mineral Miracle Solution - Solução Mineral Miagrosa) no Estado de Mato Grosso do Sul”.

O deputado Lidio Lopes (Patriota) apresentou proposta “sobre a proibição de retenção de macas das ambulâncias do Samu, do Corpo de Bombeiros e outras unidades móveis de atendimento de urgência pública ou privada”.

Eleições municipais

MDB se prepara para tentar eleger 15 prefeitos em MS, diz presidente regional

Rayani Santa Cruz

O MDB de Mato Grosso do Sul se prepara para tentar eleger 15 prefeitos nas eleições municipais de 2024, número correspondente ao partido nas eleições. A informação é do presidente regional, deputado estadual Junior Mochi, que disse ao jornal *O Estado* que a primeira reunião do partido ocorre no mês de março. O número meta do diretório regional é o mesmo do partido.

“Sim, queremos eleger esse número de prefeitos. Agora em março, queremos fazer reunião com todos diretórios municipais para identificar onde temos possibilidades de candidaturas de prefeitos competitivos e onde nós não temos para começarmos a construir. Nós queremos montar chapas com candidaturas próprias nas maiores cidades e chapas fortes para os que irão concorrer aos cargos de vereadores.”

Mochi diz que, por enquanto, não há nomes oficiais e que todos são tratados como prévias. Ele não arrisca dizer quem poderia disputar a prefeitura por Campo Grande e também não cravou se o MDB pensa em coligar

com o PSDB, apesar de falar do desejo de aliança.

“Claro que isso aí [candidatos e eleições] só vamos ter uma prévia definição por agora. Vamos pensar posteriormente em possível coligação e nomes.”

Mochi destaca que permanece à frente das articulações até a convenção do partido, que tem de acontecer até 30 de agosto. Se o grupo o escolher novamente para continuar a comandar o diretório regional, o parlamentar afirma que está pronto. “Eu faço política de grupo se houver interesse da maioria, ótimo, continuarei nas articulações e construção até o próximo ano. Se não, iremos contribuir como membros.”

O MDB conta com nomes como dos deputados estaduais Márcio Fernandes e Renato Câmara. Fernandes já concorreu a prefeito de Campo Grande, nas eleições de 2020, a pedido do partido, e em sua visão, os emedebistas devem se aliar ao PSDB. Ele quer a presidência do partido e deixou o nome à disposição do grupo. Já Renato Câmara tem reduto eleitoral na região de Dourados e ainda não confirma se aceitaria disputar o



Deputado Junior Mochi e presidente do MDB em MS diz que, em março, partido começa a articular para as eleições de 2024

Executivo no município.

O ex-governador André Puccinelli, que saiu derrotado da disputa pelo governo em 2022, não dá sinais positivos sobre vontade de concorrer novamente à Prefeitura de Campo Grande. Ele esteve em Brasília há alguns dias conversando com o presidente do partido, deputado Baleia Rossi, mas não esboçou sobre futuro político para o ano que vem.

O partido atualmente tem nove prefeitos, se conseguir

a reeleição dessas lideranças ou conduzir alguém com apoio dos prefeitos “de saída”, pode ter chances maiores de conquistar o posto com 15 prefeitos. Do MDB, estão no poder prefeitos como Akira Otsubo em Bataguassu, um dos mais velhos do Estado, e Lucas Foroni, de Rio Brillhante, o prefeito mais novo, com menos de 30 anos.

Ex-prefeito de Costa Rica, Waldeli dos Santos Rosa pode concorrer novamente na cidade.

passarem informações que auxiliem os órgãos de segurança estaduais, nas investigações criminais. Ela cita que também foi motivada pela morte da menina Sophia, de apenas 2 anos, em Campo Grande.

Segundo o texto, para ter direito à recompensa somente serão consideradas informações primordiais para o caso, “não se considerando as informações vagas e imprecisas”. “O informante poderá ser inse-

rido no sistema de proteção às pessoas ameaçadas, testemunhas de crimes, vítimas de violência e depoentes especiais”, disse a deputada. “A forma de recompensa e a quantia serão definidas pelo Poder Executivo estadual”, diz trecho do PL.

O outro projeto de lei apresentado pela parlamentar institui o Programa Estadual de Combate à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes.

Mídias digitais

Regulamentar a internet tem ‘consenso global’, diz Barroso

UOL/Folhapress

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso disse haver um “consenso global” em favor da regulamentação das mídias digitais, como uma forma de combater a propagação de fake news na internet.

Barroso participa em Paris, na França, da Primeira Conferência Global da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), que debate as ameaças à integridade da informação e da liberdade de expressão no mundo virtual.

“Acho que vai se formando um consenso global de que é preciso regulamentar as mídias. Quando surgiu a internet, havia uma certa ideia de que ela devia ser livre, aberta e não regulada, uma visão um pouco libertária que, infelizmente, com o tempo não confirmou a sua possibilidade”, declarou o ministro em entrevista à CNN Brasil.

Para o magistrado, essa regulamentação deve ser feita a partir de um trabalho conjunto entre os diferentes setores da sociedade, o que inclui o governo, os cidadãos e as próprias plata-

formas digitais.

Convidado para o evento, o presidente Lula (PT) não compareceu, mas enviou uma carta em que trata o tema da regulamentação das mídias digitais como algo urgente, e afirma que “o mundo não pode permitir que decisões de poucos ameacem democracias”.

Lula fez questão de usar os ataques golpistas contra as sedes dos três Poderes, em Brasília, como exemplo das consequências deletérias de campanhas de desinformação.

Lula afirmou que a comunidade internacional precisa agir para evitar que as democracias sejam colocadas em risco por “decisões tomadas por poucos atores que hoje controlam as plataformas digitais”.

O presidente reconheceu a complexidade de legislar e controlar o ambiente digital sem causar danos. “Precisamos de equilíbrio. Por um lado, é necessário garantir o exercício da liberdade de expressão individual. Por outro lado, precisamos garantir um direito coletivo: o direito da sociedade de ter acesso a informações confiáveis, e não a mentiras e desinformação”, defendeu.